

Atos Oficiais:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE JULGAMENTO:

A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI de Ribeirão Pires, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.337/99 faz saber que no dia 04/12/2024 às 17:30 horas na Rua João Duarte nº 56, Centro– Ribeirão Pires / SP, serão julgados os recursos interpostos contra penalidade de trânsito imposta pela Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, na seguinte ordem: 178, 179 e 180/2024. Ribeirão Pires, 02 de dezembro de 2024. Nélío José da Silva- **PRESIDENTE DA JARI**.

Resolução nº 16 de 29 de novembro de 2024.

Dispõe sobre período de férias escolares e recesso escolar na Rede Municipal.

Raphael Pinheiro Volpi, Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão, no uso de suas atribuições legais, considerando o Decreto Nº 7.459, de 26 de dezembro de 2023, resolve que: Em conformidade com a Lei nº4217 de 17/12/1998: “Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério de Ribeirão Pires”, que dispõe em seu:

“Artigo 228: **Além das férias regulares, o Professor poderá ser dispensado do ponto durante os períodos de recesso escolar, nos meses de julho e de dezembro, conforme calendário escolar a ser elaborado pela Secretaria de Educação.**”

Artigo 1º - Os professores da Rede Municipal de Ribeirão Pires gozarão de férias no período de 02 de janeiro de 2025 a 31 de janeiro de 2025;

Parágrafo único: O recesso escolar para os professores se dará no período de **19/12/2024 à 31/12/2024**.

Artigo 2º - Não havendo previsão legal do recesso escolar para a Equipe de Apoio Escolar (Agente Escolar, Agentes Administrativo, Secretário Escolar, Agente de Serviços Gerais, Faxineira Merendeira e Servidores em Cargo de Confiança (Professor Coordenador, Professor Assistente e Diretor de Escola), gozarão férias de **23 de dezembro de 2024 a 22 de janeiro de 2025**.

§ 1 **Os funcionários que possuem menos de 30 dias de férias**, serão encaminhados, neste período, para Secretaria de Educação.

Artigo 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ribeirão Pires, 29 de Novembro de 2024.

Raphael Volpi
Secretário de Educação e Cultura

PORTARIAS IMPRERP

PORTARIA Nº 825 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2024. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira que **CONCEDE PENSÃO POR MORTE** em decorrência do falecimento de **JULIO DE OLIVEIRA LUZE**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 11.640.985-X SSP/SP, inscrito no CPF nº 618.688.508-97 e no PIS/PASEP nº 100.22920.33-9, servidor inativo do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, com proventos correspondentes ao valor da totalidade da remuneração do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito, em favor de **APARECIDA VICENTINA MARCELO LUZE**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG nº. 19.114.599-3 SSP/SP, inscrita no CPF nº. 155.316.848-86, PIS/PASEP nº 203.45165.73-4 nos termos do artigo 40, § 7º, I e II da Constituição Federal e artigo 49, da Lei Municipal nº 5.751 de 25 de setembro de 2013, alterada pela Lei 5.865 de 16 de junho de 2014, **retroagindo seus efeitos a contar de 12 de setembro de 2024**.

PORTARIA Nº 826 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2024. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira que **CONCEDE PENSÃO POR MORTE** em decorrência do falecimento de **JONAS SILVA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 44.575.141-1 SSP/SP, inscrito no CPF nº 399.116.718-28 e no PIS/PASEP nº 163.01271.81-6, servidor ativo da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, com proventos correspondentes a 50% (cinquenta por cento) da totalidade da remuneração do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito, em favor de **ANA JULIA RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileira, solteira, menor, inscrita no CPF nº. 567.420.048-35, nos termos do artigo 40, § 7º, I e II da Constituição Federal e artigo 49, da Lei Municipal nº 5.751 de 25 de setembro de 2013, alterada pela Lei 5.865 de 16 de junho de 2014, **retroagindo seus efeitos a contar de 13 de setembro de 2024**.

PORTARIA Nº 827 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2024. **CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira que **CONCEDE PENSÃO POR MORTE** em decorrência do falecimento de **JONAS SILVA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 44.575.141-1 SSP/SP, inscrito no CPF nº 399.116.718-28 e no PIS/PASEP nº 163.01271.81-6, servidor ativo da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, com proventos correspondentes a 50% (cinquenta por cento) da totalidade da remuneração do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito, em favor de **LORRAYNE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, menor, inscrita no CPF nº. 582.679.338-40, nos termos do artigo 40, § 7º, I e II da Constituição Federal e artigo 49, da Lei Municipal nº 5.751 de 25 de setembro de 2013, alterada pela Lei 5.865 de 16 de junho de 2014, **retroagindo seus efeitos a contar de 13 de setembro de 2024.**

PORTARIA Nº 828 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2024. **CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 067/2024** que concede **Aposentadoria Integral por Tempo de Contribuição** a **ROSANGELA APARECIDA DA SILVA**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG nº 22.003.158-7 SSP/SP, inscrita no CPF nº 077.356.168-48 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 170.48548.84-1, ocupante do cargo efetivo de Professor de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no art. 6º da E.C. 41/2003, a contar de **1 de dezembro de 2024.**

PORTARIA Nº 829 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2024. **CLAYTON SOARES DOS SANTOS**, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, toma ciência da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 089/2024** que concede **Aposentadoria Voluntária por Idade e Proporcional ao Tempo de Contribuição**, ao servidor **PAULO HENRIQUE SACHETTO** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 12.599.383-3 SSP/SP, inscrito no CPF nº 072.677.878-86 e cadastrado no PIS/PASEP sob nº 104.26733.82-4, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com fundamento no art. 40º, § 1º, III, “b” da CF, retroagindo seus efeitos a contar de **1 de dezembro de 2024.**